

Ministério Público Federal leva saúde pública de Sergipe ao banco dos réus

Ana Licia Menezes

“Se não há insumos básicos, estrutura física, assistência profissional, medicação, transporte adequado de pacientes, leitos de UTIs, não há serviços de qualidade”, diz procurador da República

■ Cerca de R\$ 3 bilhões de recursos federais foram destinados à Secretaria Estadual da Saúde de Sergipe nos últimos cinco anos, mas a saúde pública sergipana está morrendo diariamente, e “a causa parece mesmo ser a falência múltipla dos órgãos”.

Composta de seis fundações, e nenhuma organização, a rede pública carece de dinheiro, remédios, insumos, profissionais. Sem assistência nem gestão, enumera queixas e reclamações em mais de 80 ações civis nos **Ministérios Públicos, Federal e Estadual**, durante os últimos anos.

E solucionar o problema envolve um complexo de atitudes que talvez o Estado **já não consiga mais, sozinho, organizar. Por isso, nesta última terça-feira, 28, os MPs, Federal e Estadual, em conjunto, ajuizaram uma ação civil pública solicitando a imediata intervenção federal na área da Saúde em Sergipe. E agora quem cuidará da questão é o Supremo Tribunal Federal.**

“Caso isso ocorra, e torcemos para que ocorra, lembro que é o começo de um enorme caminho a ser percorrido. Mas deixo claro que o Ministério Federal está pedindo não é uma solução de papel, um relatório ou uma promessa de verbas. Estamos solicitando que os serviços



MPs Estadual e Federal: esperançosos com a interdição

Ana Licia Menezes



Angélica: “Nenhum gestor é burro de errar”

cia profissional, medicação, transporte adequado de pacientes, leitos de UTIs; não há serviços de qualidade”, argumenta Ramiro Rockenbach.

A ação requer ainda que sejam suspensos imediatamente o repasse de recursos federais para a saúde ao Governo do Estado de Sergipe, sem que haja nenhum tipo de interrupção na prestação

intervenção e a desassistência da população sergipana, nos hospitais públicos, só aumentou.

“Quando digo gestor, estou falando do gestor máximo, que é o governador. Nem conheço o presidente da Fundação, mas podemos conversar, óbvio”.

A decisão em conjunto dos MPs foi baseada na análise de diversos relatórios apresentados pelo Conselho Regional de Enfermagem - Coren/SE -, Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe - Sindimed -, Serviço de Auditoria em Sergipe do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Denasus -, Conselho Regional de Medicina de Sergipe - Cremese - e Coordenadoria da Saúde da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, no Estado.

A promotora de Justiça do MP, Euza Missano, ratifica que, desde 2012, o Ministério acompanha as crises na saúde pública sergipana. Euza Missano cita as duas maiores unidades da Capital, o Huse e a Maternidade Nossa Senhora

milhões. Esse dinheiro não é dado, vamos ter que pagá-lo”.

MEDICAMENTOS VENCIDOS

Mensurar os gastos públicos com saúde é um imbróglio. Só para citar um exemplo, os medicamentos, o gestor que compra remédios, não é o mesmo que paga, nem quem recebe. Então, as licitações, os contratos, o dinheiro e medicamentos, comprados pela Fundação Hospitalar da Saúde - FHS -, na prática, **passam por, no mínimo, três** gestores diferentes. Aí casos escabrosos, e preocupantes, como o da recente divulgação do desperdício de 10 toneladas de remédios vencidos sequer conseguem ser punidos.

Especialista em Direito do Paciente, a advogada Angélica Resende, da Ordem dos Advogados - OAB/SE - ratifica que nenhum “gestor é burro ao ponto de errar uma quantidade dessas de remédio”. Angélica aponta um fator crucial: o fato de, nas licitações, não haver nada que barre a compra de medicamentos com prazos curtos de validade.

sejam prestados”, esclarece o procurador-geral da República, Ramiro Rockenbach, do MPF.

SOLUÇÃO PALPÁVEL

O procurador explica que é muito fácil de verificar se existe ou não qualidade nos serviços prestados pela rede pública de saúde. Basta marcar um local, em um dia qualquer, e fazer uma visita. Ir ao Hospital de Urgências de Sergipe - Huse - por exemplo.

“Se não há insumos básicos, estrutura física, assistên-

de serviços à população. “Isso não significa que o dinheiro não virá. Ele virá sim, mas não passará pelas contas da Fundação ou do Estado como está ocorrendo hoje”, explicita o procurador.

Com a ação, o MPF pretende que o gestor máximo do Estado, que é o governador, tome pé da situação. Já que, desde julho de 2013, época em que os MPs emitiram recomendações ao Ministério da Saúde pela suspensão do repasse federal, a justiça estadual negou os pedidos de

de Lourdes.

“Muitas das liminares não estão sendo cumpridas. A situação é crônica e o desabastecimento (falta de insumos e medicamentos) é cíclica. Por isso, o MPE tem obrigação de adotar providências”, esclarece.

Euza Missano reitera que o “MPE não quer que o aporte de verbas deixe de vir para Sergipe. O que queremos é saber como esses gastos estão sendo aplicados. Ficamos muito preocupados com a antecipação da notícia desse novo empréstimo de R\$ 100

“Comprar medicamento não é o mesmo que arrematar lote de papel. Se não há uma cláusula específica que estabeleça critérios e prazos de validade coerentes, qualquer proprietário da indústria farmacêutica, que visa somente ao lucro, consegue se livrar de medicamentos, usando nossos hospitais e nossa população carente”, analisa. E questiona: “O farmacêutico está recebendo uma mercadoria que não foi ele quem comprou. Como ele pode ser responsabilizado?” ■